



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000366386**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0001238-32.2012.8.26.0132, da Comarca de Catanduva, em que são apelantes JOÃO LUIZ GALINDO (JUSTIÇA GRATUITA) e FÁTIMA AUXILIADORA PINTO SAMPAIO GALINDO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados VIAÇÃO ARIRANHA LTDA e COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS.

**ACORDAM**, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANA CATARINA STRAUCH (Presidente), DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT E MOURÃO NETO.

São Paulo, 19 de maio de 2015.

**ANA CATARINA STRAUCH**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Apelação nº 0001238-32.2012.8.26.0132**

**Apelante:** João Luiz Galindo e Outra

**Apelado:** Viação Ariranha Ltda. e Outros

**Juiz de 1º Inst.:** José Roberto Lopes Fernandes

**Comarca:** Catanduva

**VOTO Nº 2040**

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS DE ATO ILÍCITO – Ciclista que trafegava com sua bicicleta à noite, sem equipamentos de segurança e de sinalização, pela pista de rolamento da rodovia, foi abalroado por ônibus pertencente à empresa apelada, o que acarretou seu falecimento – Culpa exclusiva da vítima caracterizada. Não cabimento de indenização aos autores, pais da vítima fatal – Sentença mantida, nos moldes do artigo 252, do Regimento Interno deste Tribunal – RECURSO DESPROVIDO

Vistos.

A r. sentença de fl. 204/206, cujo relatório se adota, julgou improcedente a AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS POR ATO ILÍCITO promovida por *João Luiz Galindo e Outra* em face de “*Viação Ariranha Ltda.*”, fundamentando a improcedência na culpa exclusiva da vítima fatal (filho dos autores) pelo acidente envolvendo veículo da empresa ré.

Os autores, então, interpuseram o presente recurso de apelação (fls. 220/225), argumentando que o motorista que conduzia o veículo na data dos fatos o fazia em desacordo com as regras de trânsito, a caracterizar o elemento subjetivo

“culpa” na sua conduta, o que acarretaria, consequentemente, a indenizabilidade do dano. Subsidiariamente, requerem o reconhecimento de que ao menos ocorreu culpa concorrente da vítima e dos réus, a mitigar, porém não excluir, a indenização pleiteada.

O recurso é tempestivo. Os apelantes são beneficiários da Justiça Gratuita.

Contrarrazões às fls. 233/242.

Subiram os autos para julgamento.

**É a brevíssima síntese do necessário.**

O recurso não comporta provimento.

Consoante os termos do art. 252, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo, esta Relatoria ratifica *in totum* os fundamentos da decisão recorrida, eis que suficientemente motivada.

Por conseguinte, cumpre salientar os seguintes excertos da r. sentença apelada, cuja fundamentação, repisa-se, adota-se integralmente:

*“(...) Cuidam os autos de acidente de trânsito, do qual resultou na morte do filho dos autores, cuja culpa é atribuída aos réus, pugnando por indenização em razão dos danos morais sofridos. Os réus, por sua vez, alegam a culpa exclusiva da vítima.*

*No que tange à dinâmica do acidente, restou incontroverso nos autos que o filho dos autores trafegava de bicicleta pela pista de rolamento no mesmo sentido que o ônibus conduzido pelo primeiro réu, que o atingiu na parte traseira.*

*Insta consignar, inicialmente, que o acidente ocorreu à noite, por volta das 22h35min, conforme se observa do boletim de ocorrência de fls. 23, em rodovia sem iluminação pública.*

*Neste ponto, prevê o art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro:*

**Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN:**

**(...)**

**VI - para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.**

*Verifica-se, no caso dos autos, que a tese defensiva paira justamente na ausência de sinalização traseira da bicicleta conduzida pelo filho dos autores a impedir sua visualização em rodovia. O laudo da Superintendência da Polícia Técnico-Científica de fls. 82/92, esclarece que "o sistema de iluminação (da bicicleta) restringia-se a dois pequenos refletores opacos nos pedais;" (fls. 84).*

*Tal conclusão vai ao encontro da tese apresentada pelos réus, ou seja, de que o motorista do ônibus não viu a bicicleta que transitava pela mesma faixa de rolamento, à noite e sem a sinalização adequada.*

*Digno de nota que, mesmo instados a tanto, os autores deixaram de especificar as provas que pretendiam produzir, as quais poderiam, em tese, afastar a presunção que emana dos autos do inquérito policial.*

*Soma-se a isso que o Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro, ao conceituar os termos utilizados pela norma, define "acostamento" como sendo "parte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim" (g.n.).*

*Considerando que esse mesmo laudo esclarece que "O local era dotado de acostamento em terra em ambos os lados da via" (fls. 83), deveria o condutor da bicicleta, portanto, trafegar por esse acostamento a evitar acidentes.*

*Entretanto, além de trafegar em período noturno pela pista de rolamentos de rodovia, sem qualquer iluminação pública, o filho dos autores conduzia a bicicleta sem a sinalização adequada, assumindo os riscos do acidente que acabou por sofrer, não podendo ser imputada a culpa aos réus, porquanto não contribuíram para o evento fatídico.*

*É certo que seria uma afronta aos mais sublimes sentimentos humanos negar que a morte de ente querido, mormente um filho, desencadeasse naturalmente uma dolorosa sensação, perceptível inclusive intuitivamente. Porém, como visto, a culpa neste caso foi exclusiva da vítima, sendo de rigor o julgamento pela improcedência do pedido.*

*Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da presente ação*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*indenizatória (lide primária), movida por JOÃO LUIS GALINDO e FÁTIMA AUXILIADORA PINTO SAMPAIO GALINDO contra APARECIDO DE OLIVEIRA MATOSINHO e VIAÇÃO ARIRANHA LTDA. e, em consequência, condeno os autores no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro com base no artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil, em R\$ 2.000,00, corrigidos desta data até o efetivo pagamento.*

*Por serem sucumbentes beneficiários da assistência judiciária, fica suspensa a exigibilidade do crédito até a fluência do prazo de cinco anos, a contar da sentença final; se até lá não houver alteração da situação de necessidade, extinta estará a obrigação, nos termos dos artigos 11, parágrafo 2º e 12, ambos da Lei 1.060/50, inclusive quanto aos honorários advocatícios (RT 685/106).*

*Julgada improcedente a ação principal, por consequência, julgo prejudicada a denúncia da lide, condenando a denunciante VIAÇÃO ARIRANHA LTDA., em razão do princípio da causalidade, no pagamento das custas e despesas do processo em reembolso à denunciada COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS, bem como nos honorários de advogado que fixo, com base no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil, em R\$ 1.000,00, devidamente corrigidos.*

*P.R.I.”*

A corroborar sentença transcrita, menciona-se o seguinte julgado deste Tribunal:

*“Veículo automotor - Acidente de trânsito Atropelamento - Ação de reparação por danos morais e materiais - Sentença de improcedência Manutenção do julgado - Necessidade - Alegação de que demonstrada a culpa do réu pelo acidente, pois tinha plena visão da posição da motocicleta parada no semáforo, mas optou por empreender a marcha do veículo automotor, de modo a atingir o pé do piloto Inconsistência Prova oral convincente no sentido de que a culpa pelo evento foi do autor Motociclista que, diante do sinal semaforico fechado, posicionou a motocicleta no estreito corredor existente entre a faixa exclusiva para ônibus e o veículo conduzido pelo réu, muito próximo a este, deixando o pé exposto e correndo o risco de ser atropelado - Inteligência do art. 333, I, do CPC. Apelo do autor desprovido” (Apelação nº 0013166-95.2011.8.26.0008, Rel. Des. Marcos Ramos, 30ª Câmara de Direito Privado, julgado em 01/04/2015).*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Portanto, fica mantida a r. sentença em seu inteiro teor.

Diante do exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso dos autores.

**ANA CATARINA STRAUCH**  
**Relatora**  
**(assinatura eletrônica)**

WH